

# MULHERES INSURGENTES

## Outras maneiras de ocupar na Região Metropolitana de Goiânia

*INSURGENT WOMEN:  
Other ways to occupy spaces  
in the Goiânia Metropolitan Region*

**Carolina Vivas da Costa Milagre<sup>1</sup>,  
Maribel del Carmen Aliaga Fuentes<sup>2</sup>,  
Daniela Judith Cortez Martínez<sup>3</sup> e Marina Botelho Gardés<sup>4</sup>**

### Resumo

Este artigo busca compreender as práticas realizadas por mulheres nas ocupações urbanas da Região Metropolitana de Goiânia, pela perspectiva de gênero como instrumento de análise. Para tal, baseia-se na pesquisa etnográfica, enquanto mulher e membro do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direito de Goiás (MTD), apoiada pelos métodos de escuta, pelos diários de campo e pela vivência no território. O recorte compreende as doze ocupações que são acompanhadas pelo MTD, sendo todas elas lideradas por mulheres. Desse modo, o estudo propõe contribuir para tensionar o debate entre gênero e espaço urbano, compreendendo que o modo de produção urbana neoliberal é responsável por agravar o empobrecimento feminino, as violências de gênero, o racismo e outras desigualdades. Assim, ao identificar o potencial insurgente das práticas femininas na produção desses territórios, considera-se que as práticas femininas, que acontecem nos interstícios desse sistema, podem ser alternativas para superar a lógica hegemônica.

Palavras-Chave: mulheres; ocupações urbanas; movimentos sociais; urbanismo de gênero.

### Abstract

*This article aims to understand the practices carried out by women in urban occupations in the Metropolitan Region of Goiânia, from a gender perspective as an analytical tool. To this end, this article is based on ethnographic research, conducted as a woman and member of the Workers' Movement for Rights of Goiás (MTD), supported by listening methods, field diaries, and lived experience in the territory. The study includes the twelve occupations monitored by the MTD, all of which are led by women. Thus, this study aims to contribute to a more nuanced debate on gender and urban space, understanding that the neoliberal mode of urban production is responsible for exacerbating female impoverishment, gender-based violence, racism, and other inequalities. Therefore, by identifying the insurgent potential of women's practices in the production of these territories, it considers that women's practices, which occur in the interstices of this*

*system, can be alternatives to overcome the hegemonic logic.  
Keywords: women; urban occupations; social movements; gender urbanism.*

### Introdução

A presença majoritária de mulheres se destaca na organização e construção dos territórios das ocupações da Região Metropolitana de Goiânia (RMG), sublinhando ações de base nesse contexto socioespacial:

Era um domingo de manhã, o evento iniciava às 09:00 horas na ocupação, mas o calor era extremo, e parecia meio-dia. Duas jovens, uma era a psicóloga que iria realizar a roda de conversa com as mulheres e a outra era militante do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), estavam organizando os cartazes na tenda. A diretora do MTD-GO chegou ao local para trazer as cadeiras, enquanto a liderança da ocupação e outra vizinha buscavam as toucas para levar para as outras mulheres, que estavam preparando o almoço na cozinha. Todas as ações foram feitas por mulheres, desde a organização da infraestrutura até o almoço, todas, práticas femininas. (Milagre, 2025, p. 1).

Porém, o modelo neoliberal invisibiliza essas práticas, realizadas por mulheres, na produção e gestão do espaço urbano. Assim como, aprofunda as desigualdades socioeconômicas e raciais e também reforça a opressão de gênero. Historicamente, o capitalismo tem sido um pilar para a manutenção e acumulação do sistema, que aprofunda a subalternização do feminino e a exploração do seu trabalho não remunerado. No contexto urbano, essa estrutura se manifesta na violência cotidiana e nas desigualdades territoriais que sujeitam as mulheres a múltiplas vulnerabilidades, especialmente as mulheres negras e periféricas.

Diante dessa crise, o artigo propõe discutir alternativas para a superação do pensamento urbano hegemônico, através da perspectiva de gênero e da análise das práticas femininas nas ocupações urbanas da Região Metropolitana de Goiânia (RMG). Entendem-se como práticas insurgentes por acontecerem nos interstícios do sistema que as oprimem e caminhar ao contrário do pensamento hegemônico. Assim, busca-se compreender como as mulheres, moradoras das ocupações, organizam e ressignificam seus territórios em suas lutas cotidianas. Desse modo, são apresentadas experiências empíricas nas ocupações, com foco nas que incorporam práticas femininas na escala territorial.

Ao investigar o território das ocupações, o intuito é expor as desigualdades que são ainda mais latentes nesse contexto. As ocupações surgem devido à deficiência habitacional, ao desemprego, à fome e a outras mazelas da sociedade que levam as pessoas a se organizarem nesses espaços à margem das cidades. Porém, também são espaços políticos, muitas vezes associados a movimentos sociais, e se configuram como resistência, pelas suas lutas diárias por direitos. É nesse descompasso entre as opressões e as insurgências que o artigo se debruça.

O método baseia-se na revisão bibliográfica e na etnografia para complementação e sobreposição dos dados. O processo então envolve a análise de dados estatísticos, a escuta e diálogo com as moradoras, os diários de campo e a vivência nas ocupações, enquanto mulher e membro do MTD-GO. O MTD é um movimento popular urbano que atua a nível nacional, fundado em 2000. Em Goiás, surge pela união dos militantes da Campanha Despejo Zero com as comunidades de ocupações urbanas, que sofrem com

1 Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-Unb), Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Goiás (UFG), pesquisadora do LabMulheres.

2 Professora associada da FAU-Unb, Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Unb, fundadora e líder do LAB - Mulheres, Arquitetura e Territórios e fundadora do Observatório Amar.é.linha.

3 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-Unb, Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Centro-Americana (UCA), Nicarágua, pesquisadora do LabMulheres.

4 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-Unb, Graduada em Engenharia Civil pela Unb, pesquisadora do LabMulheres.

despejos e ameaças. A atuação do movimento visa organizar a classe trabalhadora em lutas por moradia, trabalho, alimentação e equidade racial e de gênero e atualmente acompanha doze ocupações na RMG.

Este trabalho visa contribuir para as discussões sobre a opressão às mulheres no contexto neoliberal e patriarcal, refletindo sobre como essas disparidades se acentuam nos espaços à margem da cidade. Apresentar e analisar as práticas femininas que se desenvolvem nesses territórios. Ao reconhecer as resistências, sob a voz das lideranças femininas e suas práticas, o estudo possibilita ir além da mera reprodução do capital. Sugere-se que a identificação dessas práticas cotidianas configura um caminho insurgente para o enfrentamento das desigualdades, tensionando o discurso de gênero e espaço urbano.

### A opressão ao feminino na lógica hegemônica

A análise proposta neste artigo fundamenta-se na compreensão das raízes históricas e estruturais da opressão feminina, estabelecendo um diálogo direto com o feminismo materialista e decolonial. Em sintonia com Federici (2017), o texto situa o agravamento das desigualdades de gênero no advento do capitalismo, momento em que se institucionaliza a separação entre a esfera da produção e a da reprodução. Esta cisão desvaloriza o trabalho de cuidado, essencial para a manutenção da força de trabalho e da estrutura social, conforme detalham Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), ao descreverem as atividades que sustentam os seres humanos enquanto seres sociais:

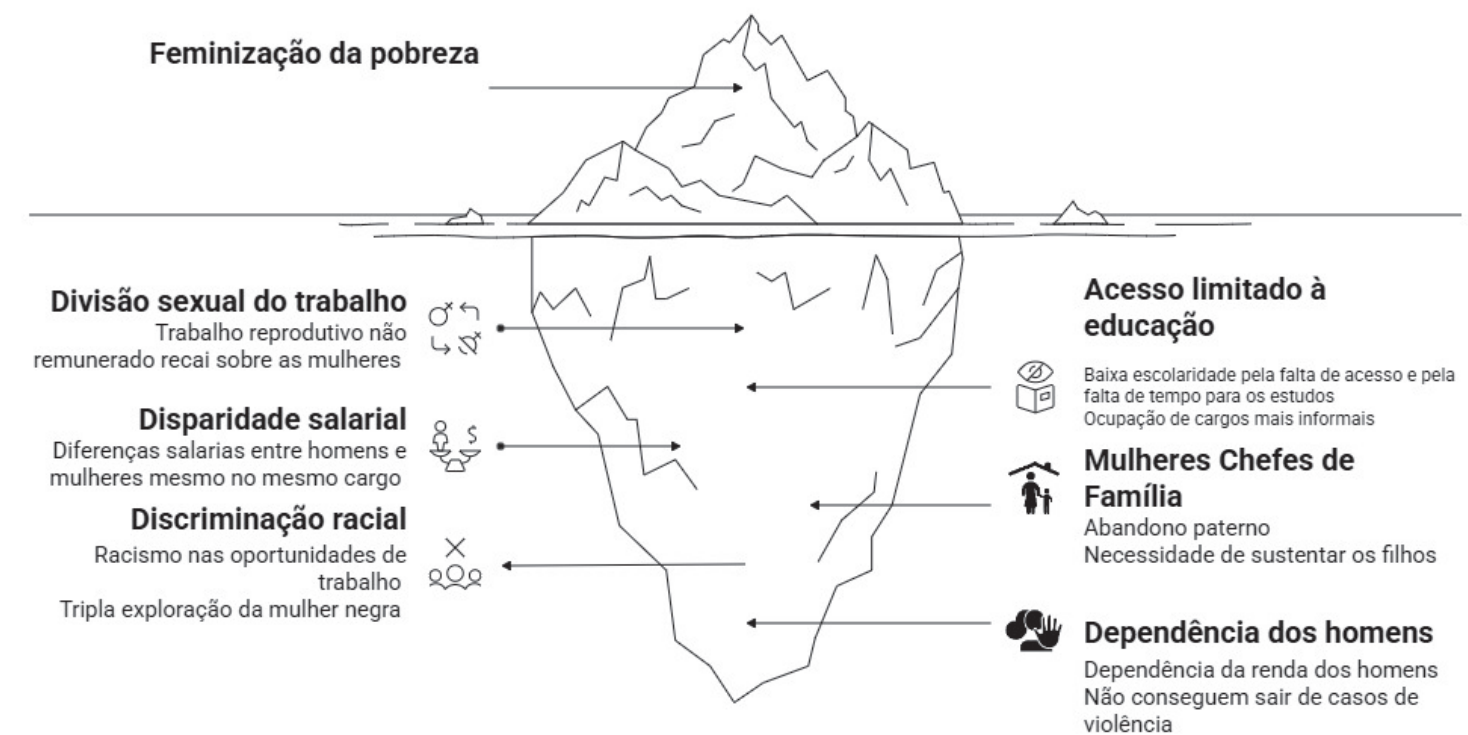
Abrange atividades que sustentam seres humanos como seres sociais corporificados que precisam não apenas comer e dormir, mas também criar suas crianças, cuidar de suas famílias e manter suas comunidades, tudo isso enquanto perseguem esperanças no futuro (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p.73).

Ao tornar invisível e não remunerar o trabalho historicamente imposto às mulheres, o sistema capitalista estabelece a divisão sexual do trabalho (Federici, 2017) e, consequentemente, uma dupla exploração da força de trabalho feminina. Reconhece-se, assim, a inseparabilidade das categorias gênero e classe na análise das relações capitalistas. A manutenção deste sistema exigiu a construção de uma narrativa de subordinação do feminino. Essa opressão ideológica e social é marcada pela coerção patriarcal (Segato, 2003), que não só naturaliza o papel da mulher à procriação e ao serviço (Federici, 2017), mas também violenta e define quais os corpos e sexualidades são considerados anormais (Butler, 2018).

Ao abordar a dimensão racial, essencial para a compreensão do capitalismo no Brasil, sustentado pela colonização e escravidão, evidencia-se as sequelas do racismo estrutural (Akotirene, 2019) e destaca-se o silenciamento histórico que atinge as mulheres subalternas com ainda mais profundidade (Spivak, 2010):

Apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica, de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (Spivak, 2010, p.28).

Neste ponto, a reflexão se aprofunda com Lélia Gonzalez (2019), que expõe a tripla exploração (econômica, psicológica, cultural e ideológica) imposta à mulher negra



no contexto brasileiro. Portanto, na contemporaneidade, as desigualdades são inseparáveis da interseccionalidade entre raça e classe, um campo de denúncia central do feminismo negro (Akotirene, 2019). Os dados demonstram a concretude dessa estrutura: altos índices de violência, sendo registrados entre 2015 a 2024, 41.309 casos de feminicídio (RASEAM, 2025) e marcante disparidade no mercado de trabalho (Hirata, 2008), onde as mulheres - especialmente as negras - dedicam mais horas ao trabalho não remunerado e enfrentam condições de maior precariedade e disparidade salarial. Segundo dados do IBGE (2023), o salário mediano das mulheres é 75% do dos homens, e a remuneração média mensal é 80,7% e as mulheres ocupam mais cargos informais e de subocupação.

Tais fatores convergem para o conceito de feminização da pobreza, que torna as mulheres mais vulneráveis economicamente e, muitas vezes, mais sujeitas a violências. O crescente número de domicílios chefiados por mulheres (Agência Gov, 2024) é um reflexo direto dessa estrutura, pelo reflexo do abandono paterno e da necessidade das mulheres de garantir o sustento dos filhos. Sendo que em 2022, 52% dos domicílios eram chefiados por mulheres e nos lares monoparentais, a chefia feminina chegava a 92% (Agência Gov, 2024) (Fig. 1).

Devido a essas consequências, a mulher encontra-se em uma situação de maior vulnerabilidade econômica e social, ainda mais as racializadas, que enfrentam problemas subjacentes às questões de gênero. Contudo, Gago (2020) ressalta a potência feminina: “significa reivindicar a indeterminação do que se pode, do que podemos—isto é, entender que não sabemos do que somos capazes até experimentar o deslocamento dos limites em que nos convenceram a acreditar e que nos fizeram obedecer” (Gago, 2020, p. 7). O conceito de potência feminina de Gago (2020), faz uma ponte para a resistência e a recusa em obedecer às opressões impostas, sinalizando o potencial insurgente que será explorado nos territórios das ocupações.

Figura 1 - Diagrama da Feminização da pobreza. Fonte: Dados do IBGE (2023), produzido pelo Napkin IA.

## As desigualdades de gênero nas ocupações da Região Metropolitana de Goiânia

O pensamento neoliberal advém da colonização que moldou a formação do Estado brasileiro, pois o capital, que se formou com a industrialização do país, era geralmente o mesmo da elite fundiária que se enriqueceu no período colonial, resultando em um Estado alinhado aos interesses dos grandes proprietários de terras (Tonucci, Magalhães, 2017). Nessa perspectiva, conforme Tonucci, Magalhães (2017), o espaço urbano é configurado através de um processo de financeirização, em que a renda da terra é comercializada e especulada, visando a sua valorização e consequentemente o seu lucro.

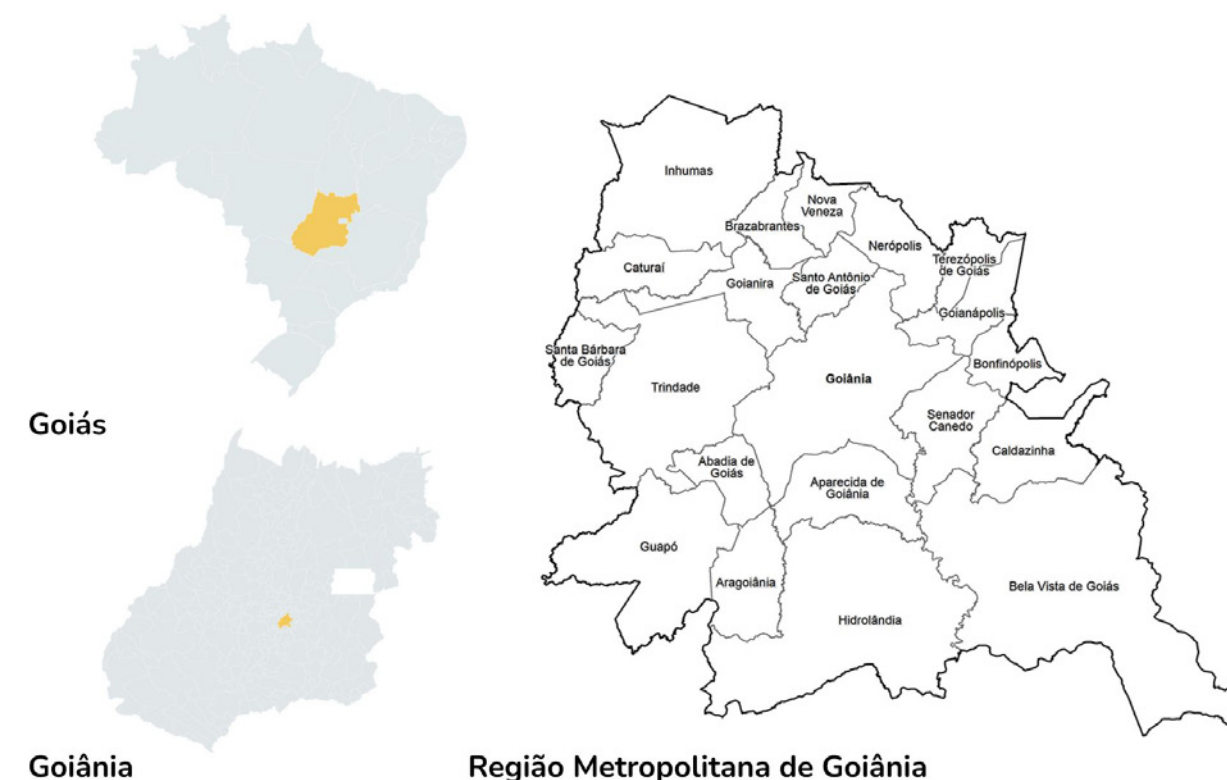
Desse modo, as cidades contemporâneas, pensadas por essa lógica, são concebidas por uma racionalidade estritamente econômica, por isso, privilegiam a esfera produtiva em detrimento da reprodutiva, consequentemente desconsideram as atividades femininas que estão nessa última esfera (Muxí, 2024). Para além dessa dicotomia, o planejamento do espaço urbano traz um raciocínio funcional e generalista, que impacta na maneira como as mulheres vivenciam o território. Abrange restrições físicas e de oportunidades e serviços nas cidades, como baixa quantidade de equipamentos de educação e saúde, mobilidade limitada, em decorrência de problemas de insegurança e violência aos seus corpos, e falta de representatividade política para discutir questões próprias (Falú, 2009).

Goiânia, capital de Goiás (figura 2), foi concebida no contexto de interiorização do país e da ideia de progresso do início do século XX. Assim como outras metrópoles, é concebida a partir desse ideal eurocêntrico de modernidade e tem seu planejamento pautado no desenvolvimento econômico. Dessa maneira, compreende a terra enquanto mercadoria e gera a expulsão da população mais pobre para áreas cada vez mais distantes dos centros e das áreas consideradas privilegiadas que possuem maior valor, ou seja, compreende-se que a segregação nas cidades é planejada (Moraes, 2003) e impulsionada pelo Estado neoliberal, subjugando a classe mais pobre à escassez de infraestrutura e recursos (Fig. 2).

Desde o início de sua concepção, em 1933, ela se produzia em duas cidades: a cidade projetada e a cidade periférica: “a cidade do plano original e suas adjacências onde habita a população de melhor poder aquisitivo; e a cidade periférica que serve de abrigo para as classes populares” (Moraes, 2003, p. 15). A periferia então se configurava como “resposta da população precarizada ao mercado de moradia excludente” (Canetti, 2014, p.22), que, sem condições de acesso à habitação pelo mercado ou pelo Estado, passava a ocupar territórios sem urbanização.

À medida que a cidade crescia, os interesses imobiliários juntamente com os do município moldavam a lógica urbana. Esse modelo direcionou o crescimento da cidade com a aprovação de novos loteamentos e com a regularização das primeiras ocupações. Entre 1950-1960, a cidade vivenciou um acréscimo populacional acentuado, com a criação de Brasília e as intensas migrações do campo para a cidade, o que ocasionou uma expansão urbana desenfreada. Essas migrações ocorreram devido a transformação do processo produtivo rural a nível nacional, levando a expropriação das terras dos camponeses, gerando o aumento de latifúndios e assim a expulsão de mais de 50% da população rural.

A urbanização planejada fez parte de uma modernização excludente do Brasil rural (Santos, Silveira, 2001), acarretando a migração forçada das famílias, que chegavam nas cidades, sem terra, emprego ou renda. Como consequência, em 1976 existiam dez mil posseiros em Goiânia e nos anos 1980 esse número atingiu cem mil pessoas (Moysés, 2004). Esse movimento gerou um déficit habitacional de 28,57% da população



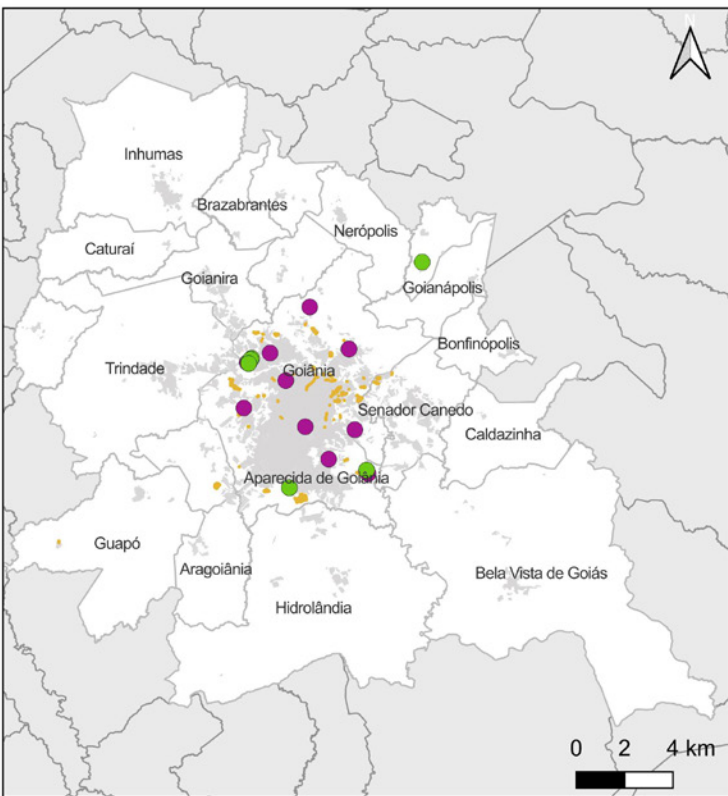
goianiense em 1980 (Moysés, 2004). Houve, portanto, a formação de ocupações nesse período de maneira mais expressiva, marcada pela organização política de movimentos sociais pelo direito à terra (Cruz, 2015).

Questões como o desemprego, a necessidade de moradia, os baixos salários, entre outros, levam as famílias a se organizarem nas ocupações. Assim, outras ocupações foram surgindo ao longo da história da cidade que passaram e ainda passam por lutas, opressões, mas também conquistas. O termo ocupações é compreendido como essa construção coletiva e articulada aos movimentos populares, que as diferenciam de outras comunidades urbanas. Sendo assim, as transformam em espaços políticos, assim, se configuram em uma dicotomia, por representar tanto opressão quanto resistência (Zibechi, 2015), sendo o próprio ato de ocupar uma ação insurgente, que vai na contramão da lógica mercadológica.

Com o golpe de governo de Dilma Rousseff e o início do governo Temer, houve um aumento significativo nos índices de pobreza do país (IBGE, 2017). Esse índice estava relacionado às reformas trabalhistas que impactaram na perda dos trabalhos formais, levando a altas taxas de desemprego, chegando a 13,1 milhões de pessoas desempregadas (IBGE, 2017), um dos maiores índices registrados na série histórica do IBGE. Paralelo a isso, houve uma redução do orçamento para políticas públicas, ocasionando uma crise econômica e social, que levou a população a situações extremas de vulnerabilidade. Diante disso, muitas pessoas ficaram sem moradia e se organizaram em ocupações urbanas.

Como consequência desse empobrecimento, que já vinha se atenuando desde o governo anterior, famílias também perderam suas fontes de renda na pandemia de Covid-19. Entre os anos de 2020 e 2021, o Censo do IBGE (2022) registrou um aumento recorde da pobreza no Brasil, período em que 62,5 milhões de pessoas (29,4% da população) foram consideradas pobres, dentre as quais 17,9 milhões (8,4% da população) estavam no contingente abaixo da linha de pobreza, segundo critérios

Figura 2- Localização da Região Metropolitana de Goiânia. Fonte: elaborado pelas autoras.



## LEGENDA

- Comunidades identificadas pelo MTD-GO que se formaram após a pandemia
- Comunidades identificadas pelo MTD (2025)
- Favelas e Comunidades Urbanas - IBGE (2022)

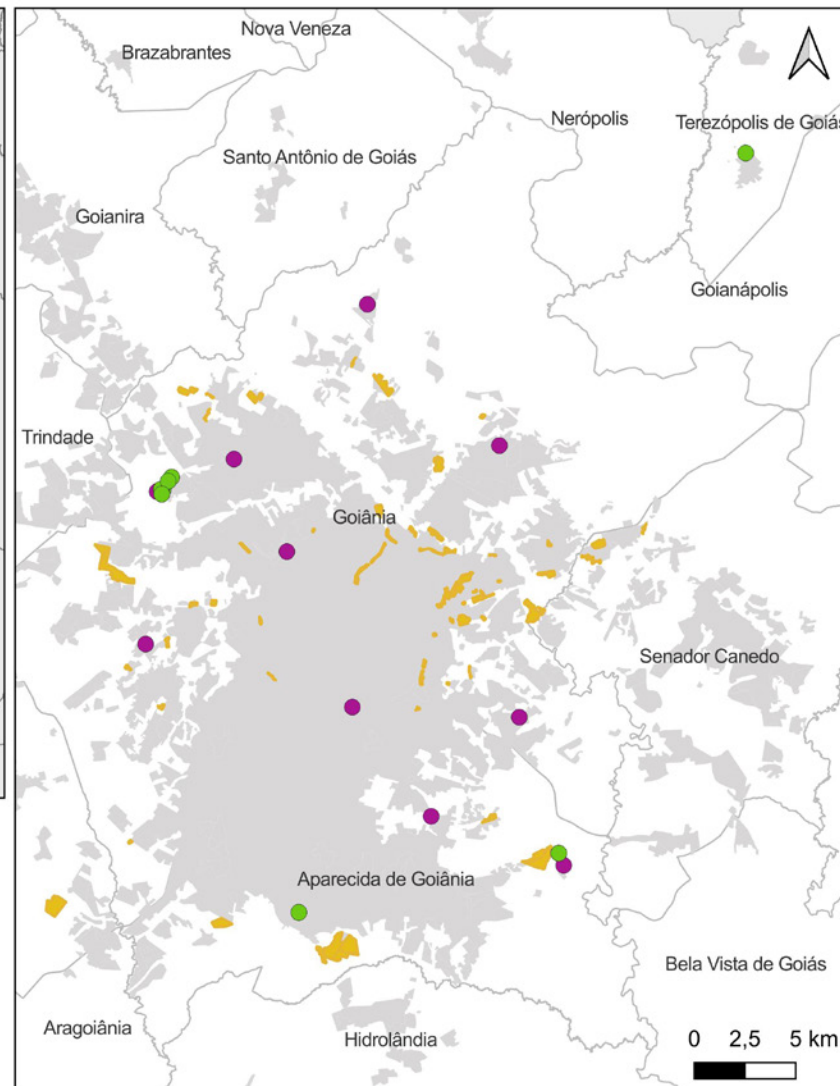


Figura 3 - Localização das favelas e comunidades urbanas da Região Metropolitana de Goiânia. Fonte: Dados do IBGE (2022), MTD (2025) e Veiga (2025), elaborado pelas autoras.

estabelecidos pelo Banco Mundial. As políticas do governo Bolsonaro acentuaram a crise sanitária e as famílias chefiadas por mulheres com renda mais baixa estiveram entre as mais afetadas (IBGE, 2025).

Diante deste contexto, houve um aumento considerável das ocupações urbanas na Região Metropolitana de Goiânia (RMG). Desde o início da crise sanitária, o número de habitantes em comunidades e favelas cresceu cerca de 2,1 mil habitantes. O censo do IBGE (2024) identificou sessenta e oito favelas e comunidades urbanas<sup>5</sup>, com população estimada de 36.982 pessoas em 12.145 domicílios. As comunidades estão situadas em cinco municípios (figura 3): cinquenta e cinco em Goiânia, oito em Aparecida de Goiânia, três em Senador Canedo, um em Guapó e um em Abadia de Goiás (Veiga, 2025). A campanha Despejo Zero do MTD-GO localizou mais dezoito comunidades e dentre essas, Veiga (2025) identificou onze comunidades formadas após a pandemia (Fig. 3).

A maioria da população das favelas e comunidades urbanas da RMG mapeadas pelo IBGE (2022) é negra (72,5%), com proporções similares entre homens e mulheres, 50,02% e 49,98% respectivamente, demonstrando que a crise urbana é atravessada por uma crise de gênero e raça. Segundo Berth (2018), o espaço urbano não é construído apenas pelo capital, mas principalmente pelo racismo. A história fundiária de colonização do Brasil levou à exclusão dos povos indígenas e negros africanos escravizados dos espaços considerados privilegiados e ainda hoje o acesso a esses

<sup>5</sup> O IBGE a partir do Censo de 2022 adotou o termo favelas e comunidades urbanas ao invés de aglomerados subnormais. Eles são classificados conforme os seguintes critérios: domicílios com insegurança jurídica da posse, falta ou precariedade de serviços públicos (como água, esgoto e coleta de lixo), construções e arruamentos feitos pela própria comunidade e localização em áreas de risco ou restrição de ocupação.

espaços é negado a eles. Nessa lógica, a segregação os subjugava à escassez de infraestrutura, recursos e vivências.

Nesse sentido, as mulheres de baixa renda, moradoras das periferias das cidades brasileiras, são ainda mais afetadas pela precariedade da infraestrutura urbana, devido também a separação maior entre os espaços de produção, consumo e moradia, além da violência, discriminação social e racial, da insegurança suscetíveis a desastres ambientais e das responsabilidades de cuidado de suas famílias e de outras, que as sobrecarregam. Assim, essas mulheres que estão na condição de maior vulnerabilidade são obrigadas a criar meios de saída para sobreviver e por isso são a maioria das líderes das ocupações.

Como consequências, esse modelo de urbanização produz e reproduz as desigualdades econômicas, a discriminação racial e expressa o discurso do patriarcado que subjugava as mulheres. Desse modo, a cidade é planejada para excluir, especialmente as mulheres negras para os espaços mais distantes e precários, como resquícios de uma herança patriarcal e colonial. Essa discussão expõe como esse modelo de urbanização não compreende, para além da racionalidade econômica, como os territórios são vivenciados, habitados na realidade e pela identidade dos povos que os ocupam.

## As práticas femininas insurgentes

Para compreender as práticas femininas, como alternativas de rompimento da lógica hegemônica, é preciso desnaturalizar as práticas vigentes. Essas partem da ideia de uma sociedade eurocentrada, colonizadora e machista que impõe uma norma universal como a única maneira possível de se viver e que se espalha como algo desejável por todos. Ou seja, o pensamento urbano neoliberal continua impondo uma racionalidade de sujeitos brancos e não englobam outras formas de vivência. Porém, ao remontar o pensamento por um viés decolonial (Quijano, 2005), revela-se que sempre existiram outras diferentes maneiras de habitar, para além das cidades.

Assim, entende-se que as práticas femininas acontecem nos interstícios do sistema que as oprimem e caminham ao contrário do pensamento hegemônico. O Coletivo feminista de Geografia Crítica do Equador (2022) busca iluminar os discursos de gênero decolonial e compreende o território não apenas como produto e condicionante, mas como parte indissociável dos indivíduos:

nosotras no luchamos y vivimos sobre el espacio, sino con el espacio. Es decir, el espacio no es solamente el escenario sobre el cual se desarrollan las relaciones sociales desiguales (y, consecuentemente, las resistencias feministas), sino que es producto de estas relaciones, al mismo tiempo que las condiciona y en gran parte nos hace ser lo que somos (Colectivo, 2018, p. 4).

Pelas cosmopercepções<sup>6</sup> dos povos indígenas e quilombolas, a terra está intrinsecamente ligada ao ser. O conceito chamado *sumak kawsay*, traduzido como bem-viver, de origem indígena equatoriana, traz valores de comunidade e de cuidado. Conforme Viteri Gualinga (2002), a perspectiva de vida ancorada na espiritualidade estabelece uma estrutura de subjetividade que se fundamenta na reciprocidade, na partilha e na não exploração do meio ambiente. Essa lógica prioriza as relações sociais

<sup>6</sup> O termo foi definido pela filósofa africana Oyèrónké Oyèwùmí para distinguir da lógica ocidental de cosmovisão e conceitua que cada povo tem a sua cosmopercepção, na qual se estabelece uma relação própria do corpo com o seu território, pelo entendimento do ser como parte de um todo.

acima das econômicas, assim, implica no respeito a todos os seres e ao próprio território que passa a ser reconhecido como sujeito. Portanto, quando se impõe a visão da propriedade privada, retira-se desses povos a sua essência e se opõe à sua maneira de se organizar coletivamente e harmonicamente com o espaço.

Apesar de todo o histórico de violência, esses povos não deixaram de existir e essas cosmo percepções não se perderam, os quilombos resistem, os indígenas buscam manter viva sua cultura, assim como os moradores de comunidades e favelas também ressignificam seus espaços e criam raízes nos locais. Por meio da vivência nas ocupações, como militante do MTD-GO, pode-se perceber aproximações do modo de vida das famílias com essas cosmo percepções. A fala de uma das lideranças<sup>7</sup> demonstra de forma simbólica sua ligação com a terra e em outro momento, as moradoras relatam a produção de panelões de comida, especialmente após os despejos:

Não tenho a intenção de sair daqui, e não vou, se o prefeito nos tirar, eu quero saber como ele vai levar meus pés de maracujá? (Milagre, 2025, p. 2).

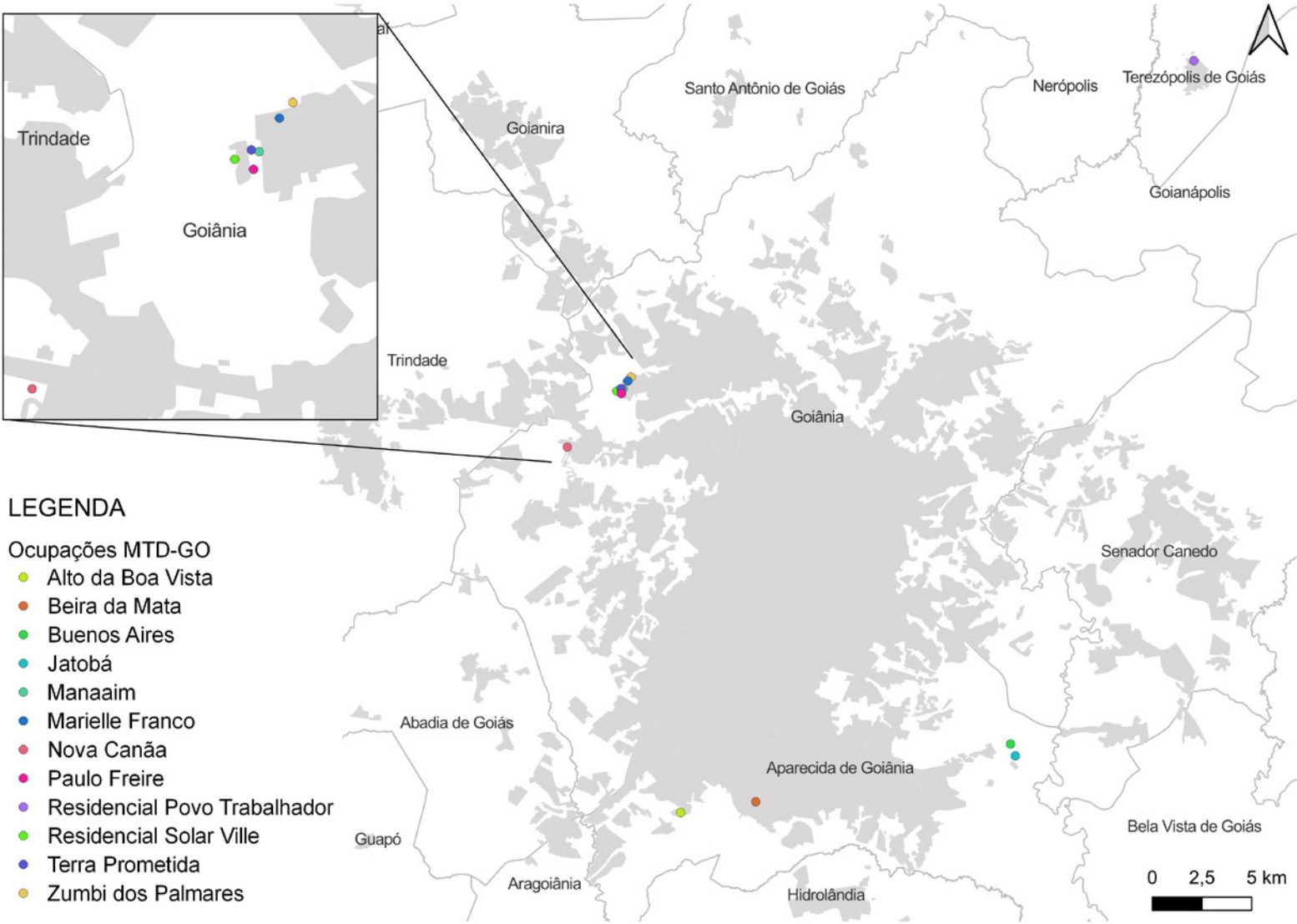
Agente tinha que se juntar para fazer a comida, se não a gente passava fome, aí a gente fazia um fogão a lenha aqui, cada um dava uma coisa, a gente cozinhava os panelões e comíamos juntos”(Milagre, 2025, p. 6).

O diálogo com as mulheres, através de uma escuta ativa, foi o caminho traçado para capturar os depoimentos e conhecer suas lutas. Assim como, a participação e organização de alguns eventos quinzenais, possibilitou perceber as ações femininas coletivas, fundamentais para o fortalecimento dos movimentos sociais. Assim, buscou-se analisar as práticas cotidianas nos pormenores, em uma escala micro e através de uma visão mais sensível das pessoas e dos espaços. Com isso, nota-se que mesmo com a sobrecarga de trabalho, as mulheres são protagonistas nas comunidades. Uma das líderes da ocupação vai à reunião com o seu filho pequeno amamentando em seu peito, isso se repete muitas vezes, sendo a presença das crianças constante nos encontros, pois além de militantes, são mães.

Outra questão é como a moradia detém uma importância primordial e central para as mulheres, dada a sua direta influência no desempenho das atividades domésticas e de cuidado que lhes são socialmente impostas (Paulista, 2013). Este bem material transcende sua função básica de abrigo, tornando-se um elemento indispensável tanto para a esfera reprodutiva, abarcando o cuidado, a criação e a educação dos filhos, quanto para a esfera produtiva, ao funcionar como base para o desenvolvimento de atividades econômicas e de subsistência. Nesse panorama, a instabilidade habitacional, pelas ameaças de despejo, manifesta um impacto severo sobre as mulheres, pois a potencial perda do lar configura-se como um prejuízo que vai além da dimensão material. Ela acarreta a simultânea destruição do ambiente crucial para a prole e do espaço fundamental para a própria sobrevivência e reprodução social da mulher (Paulista, 2013).

As mulheres, portanto, surgem como sujeitas políticas, representando a maioria dos líderes das comunidades (Paulista, 2013). Na região metropolitana de Goiânia, todas as doze ocupações acompanhadas pelo MTD-GO (figura 4) são lideradas por mulheres e elas são engajadas na luta por moradia, pelo direito à educação, pelo

<sup>7</sup> As lideranças não receberam nomes para terem suas identidades preservadas. As práticas também não foram associadas a cada ocupação como medida de proteção às comunidades.



acesso à energia e água, pelo cadastramento das famílias, entre outros. Desse modo, a prática da liderança já é uma ação feminina que está presente em todas as ocupações analisadas. Essa ação potente demonstra como as mulheres assumem posições de poder, são respeitadas pelas comunidades, onde todas as famílias as conhecem, tem forte capacidade de unir as pessoas e elas são as vozes que representam a todos (Fig. 4).

Associada a essa prática, tem-se a própria militância junto ao MTD. As líderes participam de congressos, eventos do movimento e outros como a Marcha Mundial das Mulheres e a Marcha das Mulheres Negras e desse modo expressam a luta cotidiana e permanente por direitos. Outra prática são as feiras, um projeto recente que surgiu de um grupo de mulheres empreendedoras de quatro ocupações. Elas se uniram para organizar o evento e vender seus produtos, como artesanato, vestuário, costura, panificação, doces, entre outros. Essa prática representa uma forma de geração de renda de seus trabalhos, muitas vezes, naturalizados e não atrelados a qualquer remuneração.

A Cozinha Solidária é um programa de 2025 do governo federal que institucionalizou as cozinhas populares, já existentes em algumas ocupações, a fim combater a insegurança alimentar. Nas ocupações, elas acontecem geralmente quinzenalmente e também cumprem um importante papel de mobilização coletiva, associado à organização das pautas e discussões e apoio às atividades formativas do movimento social que, geralmente, são acompanhadas pelas refeições. Assim, são práticas femininas porque são organizadas por mulheres, com a presença de poucos homens, que auxiliam no carregamento de equipamentos ou limpeza.

Figura 4 - Localização das ocupações que o MTD-GO acompanha. Fonte: Dados do MTD (2025), elaborado pelas autoras.



Nesse contexto, há também os ciclos de cultura que podem envolver ações de mapeamento participativo, em busca de soluções de cadastramento e regulação fundiária, rodas de conversa, shows, eventos, ações de mutirão, atividades de ensino ambientais como produção de composteiras e formas de tratamento de esgoto sustentável, aulas de capoeira, ações solidárias de cortes de cabelo, entre outros. O evento descrito no início do artigo é um exemplo de um desses ciclos de cultura, organizado para ser uma roda de conversa com uma psicóloga, para falarem sobre os medos e a ansiedade, diante da ameaça de despejo na ocupação e após acontecerem shows de rappers, do artista Gog e do Mc Baiano.

Em suma, foram identificadas as práticas femininas (Figura 5), compreendidas como expressões insurgentes, no contexto específico da RMG, destacando suas características, objetivos e o que representam para as comunidades envolvidas. As práticas envolvem iniciativas de segurança alimentar até ações de militância e organização de eventos culturais, buscando ilustrar a diversidade e a importância dessas práticas na construção de um futuro mais justo e equitativo.

Diante dessas análises, relaciona-se o feminino ao pensamento coletivo, à construção comunitária e às práticas colaborativas e afetivas. Outra liderança comentou:

O amor é o que nos une, sem amor não estaríamos aqui (Milagre, 2025, p.2).

A articulação dessas práticas evidencia a potência das mulheres em subverter a lógica individualista e competitiva do neoliberalismo, priorizando a reciprocidade e a comunidade. A análise do espaço urbano pela perspectiva de gênero revela então instrumentos essenciais para a construção de cidades mais justas e cooperativas.

## Considerações Finais

A pesquisa etnográfica, baseada na vivência e no diálogo com as mulheres das doze ocupações acompanhadas pelo MTD-GO, permitiu identificar e mapear o potencial insurgente de suas práticas cotidianas. A constatação de que a liderança feminina é majoritária nestes territórios não é meramente um dado, mas a expressão da maior vulnerabilidade e da necessidade de resistência dessas mulheres, que se veem obrigadas a criar meios de sobrevivência e organização social em face da omissão estatal e da exclusão mercadológica.

As práticas identificadas, desde a liderança política e a militância em movimentos sociais até a organização de feiras para geração de renda e a atuação nas Cozinhas Solidárias, demonstram que o trabalho de reprodução da vida, historicamente invisibilizadas pelo capitalismo, são ressignificadas no contexto das ocupações. Longe de serem meras atividades assistenciais, essas ações configuram-se como atos de resistência coletiva, transformando a moradia (e a ameaça de sua perda) no ponto central da luta por direitos e pela própria sobrevivência social e econômica.

Portanto, o estudo contribui para reforçar a indissociabilidade entre gênero, raça e classe na análise da produção do espaço urbano, mostrando como a segregação na Região Metropolitana de Goiânia se aprofunda na intersecção dessas categorias. Assim como, mapear as práticas insurgentes que operam nos interstícios do sistema, comprovando que a resistência feminina se manifesta de forma constante e potente no cotidiano da gestão e produção do território.

Como caminhos para futuras pesquisas, sugere-se aprofundar nos saberes produzidos pelas mulheres nas ocupações, seus históricos de luta e mergulhar nas suas necessidades da esfera da vida para pautar a construção do urbanismo de gênero. Em suma, este trabalho reitera que, mesmo diante da violência patriarcal, da precariedade imposta pelo neoliberalismo e da opressão racial, as mulheres das ocupações urbanas não apenas sobrevivem, mas, ao criarem outras maneiras de ocupar, insurgem, produzindo territórios de resistência na Região Metropolitana de Goiânia.

## Referências

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BERTH, Joice. *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
- BRASIL. Ministério das Mulheres. *Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher: RASEAM 2025. Brasília, DF: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero/MULHERES, 2025. 435 p. Online. Disponível em: <https://gov.br/mulheres/observatorio>. Acesso em: 20 nov. 2025.
- BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2018.
- CANETTIERI, Thiago. Ocupações, remoções e luta no espaço urbano: a questão da moradia. *E-Metropolis*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 17, p. 22–29, 2014.

COLECTIVO DE GEOGRAFÍA CRÍTICA DEL ECUADOR. *Geografiando para la resistencia: intuiciones metodológicas feministas en contextos de defensa territorial en la Amazonía ecuatoriana*. Cartilla 4. Quito, 2022.

CRUZ, Renata. *A região noroeste de Goiânia: de grande bolsão de pobreza à nova classe trabalhadora*. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

DESPEJO ZERO. *Mapeamento das ocupações no Município de Goiânia*. Online. Disponível em: <https://mapa.despejozero.org.br/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

DIEESE. *Boletim Especial 8 de março de 2025: Mulher chefia mais domicílios, mas segue com menos direitos e oportunidades no trabalho*. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, Brasil, 8 mar. 2025. Online. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2025/mulheres2025.html>. Acesso em: 24 out. 2025.

EBC. Agência Gov. *Censo 2022: em 12 anos, proporção de mulheres responsáveis por domicílios avança e se equipara à de homens*. Agência Gov, Brasília, DF, 27 out. 2024. Online. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202410/censo-2022-em-12-anos-proporcao-de-mulheres-responsaveis-por-domicilios-avanca-e-se-equipara-a-de-homens>. Acesso em: 15 set. 2025.

FALÚ, Ana. *Mujeres en la ciudad: de violencias y derechos. Red Mujer y Hábitat de América Latina*; Ediciones SUR, 2009.

GAGO, Verónica. *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo*. São Paulo: Elefante, 2020.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HIRATA, Helena. *Gênero, patriarcado, trabalho e classe. Revista Trabalho Necessário*, Florianópolis, v. 16, n. 29, p. 11-25, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2022: Brasil tinha 16,4 milhões de pessoas morando em favelas e comunidades urbanas*. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 21 nov. 2024. Online. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41797-censo-2022-brasil-tinha-16-4-milhoes-de-pessoas-morando-em-favelas-e-comunidades-urbanas>. Acesso em: 18 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *COVID-19*. Rio de Janeiro: IBGE, [entre 2020 e 2025]. Online. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012*. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 2 dez. 2022. Online. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>. Acesso em: 17 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas*. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 26 out. 2023. Online. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 20 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pobreza aumenta e atinge 54,8 milhões de pessoas em 2017*. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 15 out. 2018. Online. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23299-pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de-pessoas-em-2017>. Acesso em: 17 nov. 2025.

MILAGRE, Carolina Vivas da Costa. *Diários de campo da pesquisa etnográfica nas ocupações*. Goiânia, 2025.

MORAES, Lúcia Maria. *A institucionalização da segregação urbana na cidade de Goiânia: 1933 a 2000*. 2003. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MOYSÉS, Aristides. *Goiânia, metrópole não planejada*. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

MUXÍ, Zaida. *Mulheres, casas e cidades*. São Paulo: Olhares, 2024.

PAULISTA, Amanda. *As mulheres nos movimentos sociais de moradia: a cidade sob uma perspectiva de gênero*. Humanidades em diálogo, São Paulo, v. 5, p. 93–108, 23 nov. 2013.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do Século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEGATO, Rita Laura. *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres*. México: edición Puebla, 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. *A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. Caderno Metrôpoles*, São Paulo, v. 19, n. 39, p. 433-454, 2017.

VEIGA, Isabela Caixeta; REZENDE, Wagner de Souza. *A Luta por Moradia (Digna) em Tempos de Pandemia: uma leitura crítica da “Campanha Despejo Zero” em Goiás. InSurgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 539–567, 2025. Online. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/53421>. Acesso em: 25 nov. 2025.

VITERI GUALINGA, Carlos. Visión indígena del desarrollo en la Amazonía. *Polis: Revista Latinoamericana*, Santiago, v. 1, n. 3, 2002. Online. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/7678>. Acesso em: 25 nov. 2025.

ZIBECHI, Raúl. *Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.